



Seminário

“As pequenas e médias empresas (PME) de defesa no contexto de uma nova agenda pós-Conselho Europeu de dezembro de 2013: desafios e oportunidades”

SÍNTESE CONCLUSIVA

Este seminário, que hoje nos reuniu aqui na Universidade Lusófona, pretendeu contribuir para um debate amplo acerca da problemática do fortalecimento da competitividade e eficiência da indústria de defesa nacional e da sua base tecnológica de apoio, nomeadamente das PME, como elo fundamental para o reforço da economia, à luz dos principais ensinamentos, desafios e oportunidades decorrentes do Conselho Europeu de Dezembro de 2013.

O Seminário foi constituído por três painéis de discussão, onde foram apresentados e debatidos pelos oradores, os diversos pontos-chave desta temática dos quais destaco os seguintes:

- Uma das principais conclusões do Conselho Europeu de Dezembro 2013 foi de que a “Defesa é Importante” e, como tal, os Estados Membros e a União Europeia necessitam de fazer mais e melhor no âmbito da Segurança e Defesa Europeia.
- Neste sentido, o Conselho Europeu motivou os Estados-Membros a criarem incentivos e condições para que a Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia possa ser mais integrada, sustentável, inovadora e competitiva.
- Esta é uma condição fulcral para o cumprimento dos objetivos de defesa dos interesses Europeus delineados para a Política Comum de Segurança e Defesa, bem como para a eficácia e visibilidade da participação da União Europeia em missões e operações no âmbito da sua atividade em alianças estratégicas.
- Contudo, a disciplina orçamental decorrente da atual crise económica também se repercutiu na Indústria de Defesa Europeia. Do mesmo modo, a Investigação e Desenvolvimento nesta indústria também foi bastante afetada. Por este motivo, vive-se um momento crítico e de grande incerteza neste sector, em particular, no que respeita ao desenvolvimento de projetos de I&D conducentes à criação de produtos e serviços inovadores.
- Consequentemente, tal poderá comprometer a competitividade da indústria de defesa europeia no médio-longo prazo face ao exterior, nomeadamente em relação aos novos mercados emergentes.
- Por outro lado, as instituições europeias consideram que a Indústria de Defesa é um elemento fulcral no âmbito do desenvolvimento industrial e económico da Europa, uma vez que é geradora de avanços científicos e tecnológicos, cria empregos qualificados e promove inovação e crescimento.

No entanto, a nível da União Europeia, não existe uma política integrada de certificação e standardização dos meios tecnológicos e materiais nos sectores de segurança e defesa, ou mesmo ao nível das aquisições dos equipamentos e sistemas de armas. Esta é uma lacuna no espectro da competitividade face a mercados bem estabelecidos que já implementaram este tipo de medidas, como é o caso dos EUA.

- Numa perspetiva de mercado, a atual cadeia de valor da indústria de defesa Europeia caracteriza-se pela existência de um elevado número de PME’s de defesa, constituindo, também, um mercado fragmentado e nacionalmente protegido.
- Deste modo, é necessário que se criem condições para que as PME’s de defesa possam ter acesso aos incentivos e instrumentos financeiros comunitários que promovam o desenvolvimento de tecnologias de ponta, com possíveis aplicações de duplo-uso, isto é civil e militar.
- As aplicações de duplo-uso são de extrema importância na vertente económico-financeira da base tecnológica e industrial de defesa Europeia, sobretudo pelo facto de se poderem explorar sinergias e

promoverem economias de escala, e por facilitarem os equilíbrios financeiros dos elevados investimentos feitos.

- Existem alguns programas de apoio financeiro às PME's de defesa no seio das instituições comunitárias e governamentais (como é o caso do H2020 ou do programa COSME). No entanto, urge a total integração e envolvimento deste sector de atividade em próximos programas de financiamento comunitários.
- Esperamos, com elevada expectativa, pelo detalhe do Portugal 2020, agora mais orientado a resultados, prometendo, por isso, um maior impacto na competitividade das empresas.
- É com agrado que verifico que algumas das nossas PMEs, tal como pudemos ver no 2º painel, possuem tecnologia, cultura de investimento em I&D e, inclusivamente, projeção internacional de relevo. Mais ainda, de alguma forma, já anteciparam as conclusões do Conselho Europeu de dezembro passado, estando desde já preparadas para atuar em modelos cooperativos, conducentes à criação de produtos e serviços próprios e inovadores.

Em suma:

- É vital para a indústria de defesa dos Estados-Membros a definição de políticas comunitárias que facilitem e promovam a criação de um verdadeiro mercado Europeu de defesa, bem como o desenvolvimento de clusters tecnológicos regionais e a sua internacionalização através de abordagens cooperativas, sejam elas no formato de *pooling & sharing*, *smart defence* ou simplesmente de cooperação bilateral ou multinacional.
- No panorama Português, é necessário o estabelecimento de uma estratégia de longo prazo, começando pelo alargamento da definição estratégica de capacidades a adquirir, que vise o aproveitamento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa Nacional a par da redefinição das necessidades estratégicas das nossas Forças Armadas.
- O aproveitamento, apoio e fortalecimento da competitividade das nossas indústrias de defesa é um ponto essencial na prossecução do ideal europeu de uma Europa mais forte e mais segura.
- A implementação da estratégia de desenvolvimento da Base Tecnológica Industrial de Defesa pode considerar-se, globalmente, bastante positiva. Há que continuar a trabalhar no sentido de criar, consolidar e reforçar competências e competitividade, de modo a satisfazer capacidades de defesa e de áreas afins, promovendo sinergias civis-militares e apostando, cada vez mais, no desenvolvimento de projetos duplo uso.
- Portugal, através da sua Base Tecnológica e Industrial de Defesa deve reforçar, por opção estratégica, iniciativas próprias no sentido de ser criativo e construtor de novos produtos, para satisfação de diferentes necessidades decorrentes do quadro estratégico em que atua, seja nacionalmente seja integrado em Alianças e Organizações Internacionais a que pertence. Neste contexto, temos de ter mais ambição e mobilizar os agentes estratégicos, científicos, tecnológicos e económicos para a valorização de fileiras de competências já existentes, mas dispersas, em direção a *clusters* regionais.
- Felizmente Portugal dispõe de inúmeras PME com *know-how* e competências tecnológicas de duplo-uso, que poderão facilitar a sua integração em consórcios internacionais e explorar as "janelas de oportunidade" criadas pelo Conselho Europeu de Dezembro 2013.

Apoios:



Patrocínios:

